TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Informações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2023

KPDS 830132

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas3

Balanços patrimoniais 5

Demonstrações do resultado 6

Demonstrações do resultado abrangente 7

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 8

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto 9

Demonstrações do valor adicionado 10

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias 11

KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias

Aos
Administradores, conselheiros e acionistas do
TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.
Paranaguá - PR

Introdução
Revisamos as informações financeiras intermediárias do TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Conclusão sobre as informações intermediárias
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
As informações financeiras intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período seis meses findo em 30 de junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 14 de agosto de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	30/06/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	99.627	239.213
Contas a receber de clientes	5	57.022	65.736
Estoques		2.132	2.567
Impostos a recuperar	6	6.304	7.776
Outros créditos	11	54.100	47.212
		219.185	362.504
Não circulante			
Depósitos judiciais	15	5.718	5.303
Direito de uso	8	-	366
Contas a receber de clientes	5	-	5.634
Imobilizado	8	1.289.108	1.272.250
Intangível	9	1.640.061	1.660.769
		2.934.887	2.944.322
		3.154.072	3.306.826

Passivo	Notas	30/06/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores		30.093	33.104
Empréstimos e financiamentos	12	63.085	176.820
Obrigação com o poder concedente	13	63.593	60.177
Imposto de renda e contribuição social a recolher	14	27.168	31.662
Impostos e contribuições a recolher	17	8.992	13.176
Dividendos	17	160.000	74.513
Parcelamento dos impostos - REFIS	10	1.878	1.878
Obrigações trabalhistas e sociais	18	31.704	31.699
Outras obrigações	16	9.518	13.569
		396.031	436.598
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos		-	60.000
Obrigação com o poder concedente	12	2.062.851	2.029.379
Parcelamento dos impostos - REFIS	14	483	1.368
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	22.632	23.941
Impostos diferidos	15	112.450	94.880
		2.198.416	2.209.568
Patrimônio líquido	19		
Capital social		109.379	109.379
Reservas de lucros		312.037	551.281
Lucros acumulados		138.209	-
		559.625	660.660
		3.154.072	3.306.826

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações do resultado

Períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

		Período de seis meses		Período de três meses	
	Notas	**30/06/2023**	**30/06/2022**	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Receita líquida de vendas	22	537.548	531.188	267.373	280.294
Custo dos serviços prestados	23	(224.974)	(221.703)	(118.963)	(116.476)
Lucro bruto		312.574	309.485	148.410	163.818
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	23	(985)	(23)	(224)	53
Despesas gerais e administrativas	23	(33.048)	(26.147)	(16.199)	(13.745)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável - contas a receber	23	(5.682)	439	(5.918)	1.217
Outras receitas operacionais, líquidas	25	8.090	(6.127)	9.842	(3.960)
		(31.625)	(31.858)	(12.499)	(16.435)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		280.949	277.627	135.911	147.383
Receitas financeiras	24	13.335	17.467	5.425	11.687
Despesas financeiras	24	(86.951)	(165.985)	(36.652)	(94.613)
Resultado financeiro	24	(73.616)	(148.518)	(31.227)	(82.926)
Resultado antes dos impostos		207.333	129.109	104.684	64.457
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	(51.554)	(27.174)	(30.519)	(13.435)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	(17.570)	(16.030)	(4.136)	(8.088)
Lucro líquido do período		138.209	85.905	70.029	42.934
Lucro líquido básico e diluído, por ação – R$	21	17,03	10,58	8,63	5,29

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Período de seis meses		Período de três meses	
	30/06/2023	**30/06/2022**	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Lucro líquido do período	138.209	85.905	70.029	42.934
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	138.209	85.905	70.029	42.934

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

		Reservas de lucros			
	Capital social	**Reserva legal**	**Reserva de retenção de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	109.379	21.875	305.867	-	437.121
Lucro líquido do período	-	-	-	85.905	85.905
Saldos em 30 de junho de 2022	109.379	21.875	305.867	85.905	523.026
Saldos em 31 de dezembro de 2022	109.379	21.875	529.406	-	660.660
Lucro líquido do período	-	-	-	138.209	138.209
Ajuste de avaliação patrimonial					
Distribuição					
Dividendos distribuídos	-	-	(239.244)	-	(239.244)
Saldos em 30 de junho de 2023	109.379	21.875	290.162	138.209	559.625

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Lucro líquido do período	138.209	85.905
Ajustes de:		
Depreciações	35.805	32.654
Amortizações	32.171	31.833
Valor residual do ativo imobilizado baixado	713	1.458
Provisão juros sobre empréstimos	10.139	11.072
Provisão juros debêntures	-	37.121
Provisão juros arrendamento	3	37
Amortização custo de captação debêntures	-	3.156
Provisão juros contrato de exploração	74.395	112.591
Provisão para perda por redução ao valor recuperável - contas a receber	5.682	(439)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.309)	4.285
Imposto de renda corrente	51.554	27.174
Imposto de renda diferido	17.570	16.030
	364.932	362.877
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	8.666	6.796
Estoques	435	(337)
Outros créditos	(6.888)	(7.933)
Impostos a recuperar	1.472	18.750
Outros ativos circulantes e não circulantes	(415)	(50)
Fornecedores	(6.371)	9.654
Impostos e contribuições a recolher	(5.069)	(533)
Obrigações trabalhistas e sociais	5	(6.778)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(4.051)	7.037
Caixa gerado pelas atividades operacionais	352.716	389.483
Impostos sobre o lucro pagos	(56.048)	(20.663)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	296.668	368.820
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições de intangível	(10.730)	(8.902)
Adições de imobilizado	(50.383)	(32.484)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(61.113)	(41.386)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimo	-	100.000
Pagamentos de empréstimos (principal)	(160.000)	(60.000)
Pagamentos de juros sobre empréstimos	(23.618)	(7.923)
Pagamentos de arrendamento	(259)	(452)
Dividendos pagos	(153.757)	(101.797)
Pagamentos contrato de exploração	(37.507)	(34.901)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(375.141)	(105.073)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(139.586)	222.361
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	239.213	216.693
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	99.627	439.054
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(139.586)	222.361

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	30/06/2023	30/06/2022
Demonstrações do valor adicionado		
Receitas (1)	588.342	593.120
Venda de mercadorias, produtos e serviços	554.858	550.331
Outras receitas	42.045	46.394
Comissões e descontos	(2.879)	(4.044)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável – contas a receber	(5.682)	439
Insumos adquiridos de terceiros (2)	(115.363)	(121.914)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(42.289)	(43.593)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(73.074)	(78.321)
Outras	-	-
Valor adicionado bruto (3) = (1) + (2)	472.979	471.206
Depreciação e amortização (4)	(67.979)	(64.487)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade (5) = (3) + (4)	405.000	406.719
Valor adicionado recebido em transferências (6)	21.425	11.340
Receitas financeiras	13.335	17.467
Outras	8.090	(6.127)
Valor adicionado total a distribuir (7) = (5) + (6)	426.425	418.059
Distribuição do valor adicionado	426.425	418.059
Pessoal	75.648	61.454
Remuneração direta	55.912	47.639
Benefícios	16.560	10.853
F.G.T.S.	3.176	2.962
Impostos, taxas e contribuições	125.617	104.715
Federais	77.591	57.769
Impostos diferidos	17.570	16.030
Estaduais	17	18
Municipais	30.439	30.898
Remuneração de capitais de terceiros	86.951	165.985
Juros e custo das debêntures	84.432	163.318
Variações cambiais	-	117
Outras	2.519	2.550
Remuneração de capitais próprios	138.209	85.905
Lucros retidos do período	138.209	85.905

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O Terminal de Contêineres de Paranaguá (a "Companhia" ou "TCP") está localizado na Av. Portuária, S/N, Paranaguá, Estado do Paraná, e tem por objeto a exploração das instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal. Adicionalmente, seu plano de negócios demonstra que os resultados futuros de suas operações serão compatíveis com as obrigações do contrato.

O contrato de exploração do terminal do Porto de Paranaguá, possui prazo definido. Em 13 de abril de 2016 a Companhia celebrou o 10º. Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048. Este contrato pode ser interrompido pelo poder concedente (Appa) somente mediante a quebra nas movimentações anuais previstas no contrato. A Companhia cumpriu com as condições contratuais durante o período findo em 30 de junho de 2023 e exercício anterior.

Em 23 de fevereiro de 2018, após a satisfação de todas as condições precedentes em contrato, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovaram a aquisição de 90% da TCP Participações S.A. (que detém 100% da Companhia) pela Kong Rise Development Limited que passou nesta data a ser a controladora da Companhia.

A Companhia possui uma equipe dedicada para gestão e controle do fluxo de caixa, considerando todas as especificidades em recebimentos (inadimplência, temporada de renovação de contratos, distribuição de inadimplência ao longo do ano e projeção de perdas esperadas) , pagamentos (OPEX, CAPEX, folha de pagamento de colaboradores, fornecedores, outorgas e taxas) e controle de dívidas (cálculo de juros, projeções, repagamentos, comportamento dos índices, controle de covenants, etc.).

A qualquer sinal de incapacidade de honrar com os compromissos, a alta administração da Companhia é acionada e a equipe de gestão de caixa elabora um plano de ação de redução de custo, renegociação de dívidas ou novos financiamentos.

A Companhia reconheceu um lucro de R$ 138.209 no período e, em decorrência da característica do negócio apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R$ 176.846 (R$ 74.094 em dezembro de 2022). No mesmo período a Companhia gerou fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais no montante de R$ 296.668 (R$ 368.820 em junho de 2022) e lucro antes das receitas e despesas financeiras de R$ 280.949 (R$ 277.627 em junho de 2022).

Considerando este cenário e o papel estratégico da Companhia, a Administração analisa periodicamente a capacidade de fluxo de caixa frente às obrigações vigentes e tem uma

expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações conforme os cronogramas de vencimentos divulgados nas notas explicativas 12 e 13.

2 Base de preparação

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, observando as disposições contidas no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP 003/2011 de 28 de abril de 2011 e demais normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. A preparação destas informações intermediárias envolve julgamento pela Administração da Companhia acerca da relevância e de alterações que devem ser divulgadas em notas explicativas.

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, preparada de acordo com as normas contábeis aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas pela Companhia para atualizar os usuários sobre as informações relevantes apresentadas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

As informações financeiras intermediárias para o período de seis e três meses findo em 30 de junho de 2023 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 14 de agosto de 2023. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações financeiras intermediárias.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das informações financeiras intermediárias do período de seis e três meses findo em 30 de junho de 2023 são consistentes com as práticas descritas na Nota 2 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 que, consequentemente, devem ser lidas em conjunto.

Uma série de novas normas se tornaram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. Essas normas não tiveram impacto nas informações financeiras intermediárias da Companhia.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações financeiras intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são

revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Obrigações com o poder concedente

Na mensuração da obrigação com o poder concedente a Companhia utiliza premissas para estimar a movimentação mínima futura de containeres e a proporção de remoção e movimentação de containeres. As principais premissas utilizadas nestas estimativas estão descritas abaixo:

Movimentação mínima futura: É estimada pela Companhia com base nas projeções de budget, que consideram, entre outros, contratos vigentes, contratos em renovação e fontes externas.

Proporção de remoção e movimentação de contêineres: É estimada pela Companhia com base nos históricos destas operações.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	2.093	5.274
Aplicações financeiras		
Banco Santander	48.117	65.869
Banco Itaú	-	48.331
Banco Bradesco	3.258	24.279
Banco Paraná	37.131	45.977
Banco CCB	9.028	14.197
Banco XP Investimento	-	35.286
	99.627	239.213

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósito bancário, remunerados a taxas que variam de 101% a 105% em 30 de junho de 2023 (95% a 106% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Não existem saldos com restrições de caixa. As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem qualquer desconto.

A Companhia detém saldos em disponibilidades para receber fluxos de caixa contratuais e vende ativos financeiros para reinvestir em ativos financeiros com rendimentos mais elevados, buscando assim atender suas necessidades diárias de liquidez.

5 Contas a receber

	30/06/2023	31/12/2022
Clientes	58.456	55.260
Serviços prestados e não faturados	12.519	24.381
(-) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(13.953)	(8.271)
	57.022	71.370
Circulante	57.022	65.736
Não circulante	-	5.634

Os saldos de contas a receber de clientes estão representados por créditos relativos aos faturamentos dos serviços prestados aos clientes com giro inferior a 30 dias de liquidação. A Companhia opera com clientes concentrados e em 30 de junho de 2023 os 5 principais clientes representam em torno de 43% (40% em 31 de dezembro de 2022) do total da carteira. Os saldos referentes a contas a receber não circulante possuem processos judiciais nos quais garantias foram ajuizadas em favor da Companhia, pelo valor integral em aberto.

A análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	30/06/2023	31/12/2022
A vencer	56.051	64.710
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	1.164	2.344
De 31 a 90 dias	134	2.712
De 91 a 180 dias	48	1.303
Acima de 180 dias	13.578	8.572
Total	70.975	79.641

Os valores apresentados na provisão para perda por redução ao valor recuperável representam o valor imparcial da probabilidade de perda dos recebíveis sobre condições atuais e previsões de condições econômicas futuras para os exercícios findo em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

A provisão para perda por redução ao valor recuperável totalizava R$ 13.953 em 30 de junho de 2023 (R$ 8.271 em 31 de dezembro de 2022).

A movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

	30/06/2023	31/12/2022
Saldo no início do período/exercício	(8.271)	(2.611)
Constituição de provisão	(16.729)	(13.351)
Reversão de provisão	11.047	7.691
Saldo no final do período/exercício	(13.953)	(8.271)

6 Impostos a recuperar

	30/06/2023	31/12/2022
Provisão IR s/aplicações	1.208	2.688
INSS a recuperar	904	904
IRPJ e CSLL a recuperar (i)	4.192	4.184
Saldo no final do exercício	6.304	7.776

(i) Referem-se à créditos tributários recuperados no primeiro trimestre de 2020.

7 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Baseado em expectativa de lucratividade e no plano de negócios aprovado pela Administração e Acionistas, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos sobre as diferenças temporárias (basicamente provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e provisão para perda esperada) e sobre o prejuízo fiscal e base negativa. Adicionalmente, a Companhia constitui imposto de renda diferido passivo sobre diferenças temporárias, como amortização fiscal do ágio e juros capitalizados sobre as obras em andamento. O saldo entre ativo e passivo é registrado líquido no balanço patrimonial.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	30/06/2023	31/12/2022
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	30.701	36.217
Provisão para perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	13.953	8.271
Provisão bônus	6.500	9.586
Outras diferenças temporárias	147	109
Prejuízo fiscal	-	32.997
	51.301	87.180
Alíquota	34%	34%
Total imposto diferido ativo	17.442	29.641
Amortização do ágio	(123.938)	(126.391)
Juros capitalizados	(26.469)	(27.459)
Diferença taxa depreciação contábil X fiscal	(231.628)	(212.389)
	(382.035)	(366.239)
Alíquota	34%	34%
Total imposto diferido passivo	(129.892)	(124.521)
Total ativo (passivo) líquido	(112.450)	(94.880)

b. Impostos de renda e contribuição social – alíquota efetiva

Período de seis meses	**30/06/2023**		**30/06/2022**	
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
Resultado antes dos impostos	207.333	207.333	129.109	129.109
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Tributos	(51.833)	(18.660)	(32.277)	(11.620)
Adições permanentes	(673)	(240)	(125)	(45)
Diferença de alíquota	12	-	12	-
Incentivos fiscais	2.270	-	851	-
Total de tributos lançados ao resultado	(50.224)	(18.900)	(31.539)	(11.665)
Alíquota efetiva	24%	9%	24%	9%
Tributos correntes	(37.303)	(14.251)	(19.752)	(7.422)
Tributos diferidos	(12.921)	(4.649)	(11.787)	(4.243)

Período de três meses	**30/06/2023**		**30/06/2022**	
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
Resultado antes dos impostos	104.684	104.684	64.457	64.457
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Tributos	(26.171)	(9.422)	(16.114)	(5.801)
Adições permanentes	(252)	(88)	(118)	(43)
Diferença de alíquota	6	-	6	-
Incentivos fiscais	1.272	-	927	-
Outros	-	-	(380)	-
Total de tributos lançados ao resultado	(25.145)	(9.510)	(15.679)	(5.844)
Alíquota efetiva	25%	9%	24%	9%
Tributos correntes	(22.102)	(8.417)	(9.732)	(3.703)
Tributos diferidos	(3.043)	(1.093)	(5.947)	(2.141)

8 Imobilizado

As movimentações do ativo imobilizado durante o período findo em 30 de junho de 2023 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram como segue:

Vida útil	**30 a 45 anos**	**5 a 15 anos**	**10 anos**	**5 anos**	**5 a 10 anos**	**5 a 15 anos**			
	Edificações e instalações	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Equipamento processamento de dados**	**Veículos**	**Peças para reposição e outros**	**Leasing**	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Custo									
Saldo em 01/01/2023	1.243.673	450.481	3.907	40.080	2.045	27.649	4.345	45.780	1.817.960
Aquisições	8.387	10.187	437	3.078	260	970	-	29.691	53.010
Baixas	-	(1.580)	-	-	-	-	-	-	(1.580)
Transferências	2.100	-	-	-	-	-	-	(2.100)	-
Saldo em 30/06/2023	1.254.160	459.088	4.344	43.158	2.305	28.619	4.345	73.371	1.869.390
Depreciação									
Saldo em 01/01/2023	(261.464)	(251.944)	(2.575)	(24.532)	(823)	(27)	(3.979)	-	(545.344)
Depreciação	(17.842)	(14.339)	(162)	(2.949)	(147)	-	(366)	-	(35.805)
Baixas	-	867	-	-	-	-	-	-	(867)
Saldo em 30/06/2023	(279.306)	(265.416)	(2.737)	(27.481)	(970)	(27)	(4.345)	-	(580.282)
Saldo em 01/01/2023	982.209	198.537	1.332	15.548	1.222	27.622	366	45.780	1.272.616
Saldo em 30/06/2023	974.854	193.672	1.607	15.677	1.335	28.592	-	73.371	1.289.108

	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento processamento de dados	Veículos	Outros	Direito de uso	Imobilizado em andamento	Total
Custo									
Saldo em 01/01/2022	1.213.749	423.450	3.502	31.904	835	22.969	4.345	14.660	1.715.414
Aquisições	7.868	13.228	210	2.214	564	2.866	-	10.105	37.055
Baixas	-	(2.763)	-	-	-	-	-	-	(2.763)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2022	1.221.617	433.915	3.712	34.118	1.399	25.835	4.345	24.765	1.749.706
Depreciação									
Saldo em 01/01/2022	(226.623)	(229.101)	(2.266)	(19.986)	(716)	(27)	(3.190)	-	(481.909)
Depreciação	(17.269)	(12.659)	(154)	(2.147)	(39)	-	(386)	-	(32.654)
Baixas	-	1.305	-	-	-	-	-	-	1.305
Saldo em 30/06/2022	(243.892)	(240.455)	(2.420)	(22.133)	(755)	(27)	(3.576)	-	(513.258)
Saldo em 01/01/2022	987.126	194.349	1.236	11.918	119	22.942	1.155	14.660	1.233.505
Saldo em 30/06/2022	977.725	193.460	1.292	11.985	644	25.808	769	24.765	1.236.448

	Taxa média anual - %
Edificações e instalações	2,34%
Equipamentos	2,85%

As vidas úteis dos bens levam em consideração a data final do período de exploração e a vida útil do bem, sempre utilizando das duas a menor. Nos exercícios apresentados, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

9 Intangível

Vida útil	**5 anos**	**5 anos**	**25 anos**	**22 anos**	
	Gastos com software	**Estudos, projetos e detalhamentos**	**Direito de exploração**	**Ágio**	**Total**
Custo					
Saldo em 31/12/2022	176.900	6.027	2.112.411	159.503	2.454.841
Aquisições	11.463	-	-	-	11.463
Saldo em 30/06/2023	**188.363**	**6.027**	**2.112.411**	**159.503**	**2.466.304**
Amortização					
Saldo em 31/12/2022	(127.419)	(3.684)	(629.841)	(33.128)	(794.072)
Amortização	(8.590)	(82)	(21.046)	(2.453)	(32.171)
Saldo em 30/06/2023	**(136.009)**	**(3.766)**	**(650.887)**	**(35.581)**	**(826.243)**
Saldo em 31/12/2022	**49.481**	**2.343**	**1.482.570**	**126.375**	**1.660.769**
Saldo em 30/06/2023	**52.354**	**2.261**	**1.461.524**	**123.922**	**1.640.061**

	Gastos com software	Estudos, projetos e detalhamentos	Contrato concessão	Ágio	Total
Custo					
Saldo em 01/01/2022	151.914	6.027	2.112.411	159.503	2.429.855
Aquisições	9.998	-	-	-	9.998
Baixa	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2022	161.912	6.027	2.112.411	159.503	2.439.853
Amortização					
Saldo em 01/01/2022	(110.738)	(3.495)	(587.750)	(28.220)	(730.203)
Amortização	(8.230)	(103)	(21.046)	(2.454)	(31.833)
Baixa	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2022	(118.968)	(3.598)	(608.796)	(30.674)	(762.036)
Saldo em 01/01/2022	41.176	2.532	1.524.661	131.283	1.699.652
Saldo em 30/06/2022	42.944	2.429	1.503.615	128.829	1.677.817

Os gastos com softwares são amortizados em 5 anos. Os ativos intangíveis relacionados ao direito de exploração (incluindo o ágio) quando aplicável são amortizados com base no prazo do contrato.

O valor do ágio representa o valor da mais valia oriundo de aquisição devido à reestruturação societária realizada em 2011, apurado após a alocação do preço de aquisição com base na avaliação dos ativos e passivos avaliados a valor justo efetuado por empresa independente. Nos períodos apresentados, não foram identificados indicadores de redução dos ativos intangíveis e ajustes para redução dos saldos aos seus valores de recuperação.

10 Partes relacionadas

	Ativo (1) - Adiantamento a parte relacionada	
	31/06/2023	**31/12/2022**
China Merchants International Technology (Nota 11)	6.746	6.746

	Passivo - Dividendos a Pagar	
	30/06/2023	**31/12/2022**
TCP Participações	160.000	74.513

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou pagamento adiantado no total de R$ 6.746 pelo contrato de implementação do novo sistema operacional incluindo o módulo de faturamento para a China Merchants Technology Company Limited.

(a) Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui saldo de dividendos a pagar a controladora TCP Participações S/A no valor de R$ 160.000 (R$ 74.513).

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, a Companhia consignou como remuneração dos Administradores o montante de R$ 1.651 (R$ 2.133 em 30 de junho de 202). Não existem planos de benefícios pós emprego e remunerações baseadas em ações ou outras participações ou financiamentos aos Administradores da Companhia.

11 Outros créditos

	30/06/2023	31/12/2022
Adiantamentos fornecedores	6.389	3.537
Adiantamento partes relacionadas – China Merchants (Nota 10)	6.746	6.746
Adiantamento despesas – reembolso antigos acionistas (i)	36.154	34.267
Seguros	3.323	1.338
Outros créditos	1.488	1.324
	54.100	47.212

(i) Despesas incorridas com transações anteriores a 23 de fevereiro de 2018, data da assinatura do contrato de venda da TCP Participações S.A. para a China Merchants Port Holdings Company Limited. Essas despesas são, por natureza, honorários advocatícios, custas judiciais, acordos trabalhistas anteriores à data da competência e que serão reembolsados à Companhia de acordo com os ex-acionistas.

12 Empréstimos e financiamentos

	Taxa anual de juros	30/06/2023	31/12/2022
Nota de Crédito à Exportação	CDI + 1,25%	63.085	236.564
Arrendamento	8,76%	-	256
		63.085	236.820
Parcela no circulante		63.085	176.820
Parcela no não circulante		-	60.000

Os empréstimos foram contratados em moeda nacional (R$).

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está apresentada abaixo:

	30/06/2023	30/06/2022
Saldo inicial	236.820	185.673
Captação de empréstimos	-	100.000
Pagamentos de empréstimos (principal)	(160.000)	(60.000)
Provisão juros sobre empréstimos	10.139	11.072
Provisão juros arrendamento	3	37
(-) Pagamentos de arrendamento (principal)	(259)	(452)
(-) Pagamentos de juros sobre empréstimos e arrendamentos (i)	(23.618)	(7.923)
Saldo final	63.085	228.407

(i) A Companhia optou em apresentar os juros pagos como atividades de financiamento nas demonstrações do fluxo de caixa.

Os covenants vinculados aos empréstimos e financiamentos (exceto os mencionados abaixo) são mensurados anualmente e demonstrados a seguir:

Dívida Líquida / EBITDA (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) Ajustado: igual ou inferior a 3;

EBITDA Ajustado / Despesa financeira ajustada: igual ou superior a 2.

Patrimônio líquido não inferior a 100 milhões.

Pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio (JSCP) não devem superar o pagamento mínimo obrigatório, mas no caso de superar, a Dívida líquida / EBITDA não poderá ser superior a 2,5 vezes, estando sujeito ao aumento da taxa em 0,50% ao ano. Conforme nota 20(b), os sócios deliberaram a distribuição de dividendos acima do mínimo durante o primeiro semestre de 2023, como consequencia, a Dívida líquida / EBITDA não poderá ser superior a 2,5 vezes nas próximas medições anuais. Vale destacar que a Companhia está em cumprimento desse indicador em ambos os cenários.

Em 16 de fevereiro de 2018 a Companhia captou junto ao Banco Bradesco S.A. um empréstimo na modalidade NCE no valor de R$ 300.000 os quais incidem juros a taxa de 100% da taxa média diária do CDI, acrescida exponencialmente de spread de 1,25% a.a.

A dívida possui como prazo de pagamento do principal os anos de 2020 a 2024.

No período findo em 30 de junho de 2023 e no exercício anterior, a Companhia encontrava-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais, incluindo cláusulas de covenants, desses empréstimos e financiamentos. Atualmente a TCP Terminal não possui bens dados em garantias de empréstimos e financiamentos.

13 Obrigações com o poder concedente

a. Registro da obrigação

Em outubro de 1998 o "antigo TCP" (controlada adquirida e posteriormente incorporada pela Companhia) foi ganhador do contrato de exploração das Instalações Portuárias localizadas no Porto de Paranaguá para a implantação de um Terminal de Contêineres destinado à movimentação e armazenagem de contêineres e serviços auxiliares pelo prazo de 25 anos renovável por mais 25 anos (até 2048).

Conforme o contrato com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina ("APPA"), a remuneração pela exploração do Terminal Portuário de Paranaguá será paga pela Companhia mensalmente durante a vigência do mesmo. A remuneração é composta por uma parte fixa e outra variável. A parte fixa é baseada na metragem quadrada das áreas utilizadas e atualizada anualmente pelo IPCA. A parte variável é calculada com base nas quantidades mínimas de movimentação de contêineres (TEUS).

Conforme cláusula contratual, a Companhia é responsável por movimentar uma quantidade mínima, definida na proposta comercial inclusa no processo licitatório, sob pena de pagar multas que ultrapassam os valores a serem pagos conforme a quantidade mínima movimentada, caso essas quantidades mínimas não sejam efetivamente movimentadas.

Em 13 de abril de 2016 a Companhia celebrou o 10º. Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048 e correspondeu a adição de R$ 1.454.638, com contrapartida no ativo intangível.

O valor registrado no passivo como "parcelas variáveis" refere-se à movimentação mínima obrigatória a ser executada e paga pela exploração. A Companhia está sujeita ao pagamento mínimo contratual, mesmo que não atinja e execute a movimentação mínima prevista, estando ainda sujeita a multas e demais penalidades previstas em contrato.

Em decorrência da prorrogação antecipada, o TCP fica obrigado a investir no aprimoramento, atualização, ampliação e manutenção dos bens que integram a área concedida, de modo a propiciar o efetivo aumento de produtividade, otimização operacional da área portuária e dos serviços sob sua responsabilidade.

Os bens que integram o Contrato, para o efeito de aprimoramento, atualização, ampliação, manutenção e substituição, são os veículos operacionais e equipamentos que forem adquiridos ou utilizados na operação do Terminal e as instalações de infraestrutura e superestrutura na área arrendada ao Terminal.

O TCP fica obrigado a realizar obras para a construção de (i) 220 metros de cais, totalizando 1.099 metros no total, (ii) 157,5 mil m2 de retroárea, totalizando 487 mil m2 e (iii) construção de dolphins perpendiculares ao cais para atracação de navios de veículos. Os investimentos aprovados pela Resolução ANTAQ No. 3.677, de 3 de outubro de 2014, somam R$ 543.174, em valores de 2014.

Em 7 de novembro de 2017 foi assinado o 11º termo aditivo ao Contrato que prorrogou o prazo da Cláusula Quinta do Décimo Termo Aditivo de 31 de dezembro de 2018 para 24 de novembro de 2019. Há ainda 180 dias de carência adicional ao prazo anterior, sem penalidades, para a conclusão da obra.

A Companhia entende, com base nos estudos dos responsáveis técnicos contratados para execução e supervisão das obras, que o novo prazo acordado no 11° Aditivo ao Contrato para realização da ampliação do Terminal, é suficiente para sua conclusão dentro do prazo estabelecido e sem risco de descumprir as cláusulas e temos do Contrato e seus Aditivos.

Adicionalmente ao montante previsto acima, o TCP deverá investir, de 2024 até o final da vigência contratual, o valor mínimo de R$ 548.539, para assegurar a atualização e/ou substituição visando capturar ganhos tecnológicos, no mínimo, dos bens que integram a área concedida, e de outros equipamentos, incluindo gastos necessários para reparos, modernizações, substituições e recolocações de trilhos dos contêineres, que aumentam sua base em cada nova geração ou equipamentos e sistemas alternativos.

Em 9 de setembro de 2021, a Companhia e a Administração de Portos de Paranaguá e Antonina ("APPA") celebraram o 12º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento Portuário nº 020/1998 onde ficou acordado a alteração do índice de correção inflacionário da parcela fixa e variável da remuneração devida pela Companhia à APPA pelo direito de exploração do Terminal Portuário de Paranaguá ("Remuneração").

Na nova redação, ficou acordado que a remuneração passa a ser ajustada pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), em substituição do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tendo seus efeitos a partir da data base de reajuste de novembro de 2019. Tal substituição se deve ao fato de que o índice IPCA passou a ser o índice utilizado nos novos contratos de arrendamento conforme disposto no Art. 23 da Resolução Antaq nº3.320, de 08 de janeiro de 2014, com isso, a Companhia passa a refletir a variação monetária mais próxima do que já é praticado pelo mercado e com menor risco de volatilidade.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 os saldos dessa obrigação podem ser assim resumidos:

	30/06/2023	**31/12/2022**
Parcelas fixas	485.514	441.311
Parcelas variáveis (movimentação mínima obrigatória)	1.640.930	1.648.245
Total	2.126.444	2.089.556
Parcela no circulante	63.593	60.177
Parcela no não circulante	2.062.851	2.029.379

A movimentação da obrigação da com o poder concedente está apresentada abaixo:

	30/06/2023	**30/06/2022**
Saldo no início do período	2.089.556	2.042.331
Pagamentos contratuais	(37.507)	(34.901)
Provisão juros	74.395	112.591
Saldo ao final do período	2.126.444	2.120.021

As parcelas de longo prazo, referentes à obrigação com o poder concedente, apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	**Saldo**
2024	55.965
2025	65.206
2026	65.206
2027	65.206
2027	65.206
2029 a 2033	337.195
2034 a 2038	415.718
2039 a 2043	477.061
2044 a 2048	516.088
Total	2.062.851

b. Intangível

Em 30 de junho de 2023, o saldo do intangível relativo à exploração (vide nota 9) é de R$ 1.461.524 sendo R$ 2.112.411 de principal e R$ 650.887 de amortização acumulada. A despesa de amortização do ativo intangível relativo ao direito de exploração, durante o período findo em 30 de junho de 2023, foi de R$ 21.046 (R$ 21.046 em 30 de junho de 2022), e encontra-se registrada sob a rubrica custos e serviços prestados, na demonstração do resultado do exercício.

14 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza cível, trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão como a seguir indicado:

	31/12/2022	Adições	Baixas	30/06/2023
Trabalhistas	23.392	3.668	(5.187)	21.873
Cíveis	549	210	-	759
	23.941	3.878	(5.187)	22.632

	31/12/2021	Adições	Baixas	30/06/2022
Trabalhistas	17.245	4.460	(175)	21.530
Cíveis	654	-	-	654
	17.899	4.460	(175)	22.184

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas foram constituídas para fazer face a processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais e trabalhistas, com expectativa de perda provável, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos.

Em 30 de junho de 2023, a Companhia mantém outros processos em andamento, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos é de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R$ 609.833 (R$ 192.639 em 31 de dezembro de 2022), o aumento se deve a ocorrência do primeiro julgamento pelo CARF nos quais os consultores jurídicos entenderam em classificar como possível diante das novas etapas do processo. A Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda. Os saldos estão apresentados abaixo, por natureza.

	30/06/2023	31/12/2022
Tributárias	576.232	159.169
Trabalhistas	14.823	17.315
Cíveis	16.491	14.198
Outras	2.287	1.957
	609.833	192.639

No primeiro semestre de 2018 a Companhia foi citada do processo de execução fiscal que engloba a cobrança de IRPJ/CSLL relacionado à Discussão Despesas da Exploração (exercício sociais de 2009 a 2012) e Discussão Ágio Aquisição 2011 (meses de novembro e dezembro do exercício social de 2011). A execução fiscal encontra-se com o juízo garantido (seguro garantia), sendo que na avaliação dos advogados a Discussão Despesas da Exploração possui probabilidade de perda remota e a Discussão Ágio Aquisição 2011 possui probabilidade de perda possível.

Em algumas causas em que a Companhia está discutindo judicialmente são efetuados depósitos judiciais conforme requeridos pelos respectivos processos.

Os depósitos judiciais estão registrados como a seguir:

	31/12/2022	Adições	Baixas	30/06/2023
Trabalhista	3.702	415	-	4.117
Cível e Tributário	1.601	-	-	1.601
	5.303	415	-	5.718

	31/12/2021	Adições	Baixas	30/06/2022
Trabalhista	3.029	240	(190)	3.079
Cível e Tributário	1.601	-	-	1.601
	4.630	240	(190)	4.680

15 Obrigações trabalhistas e sociais

	30/06/2023	31/12/2022
Provisão de bônus	6.422	9.586
Salários a pagar	5.870	6.218
Provisão de férias e 13º	14.940	9.452
Outras obrigações trabalhistas	4.472	6.443
	31.704	31.699

16 Impostos e contribuições a recolher

	30/06/2023	31/12/2022
Contribuição social	8.417	9.475
Imposto de renda	18.751	22.187
	27.168	31.662

	30/06/2023	31/12/2022
ISS	5.174	5.891
PIS e COFINS	3.302	6.730
Outros impostos a recolher	516	555
	8.992	13.176

17 Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV

Amparada na Lei N. º11.941 de 27 de maio de 2009, a Administração protocolou, em novembro de 2009, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV. A adesão consolidou débitos de PIS e COFINS no montante principal de R$ 15.952 dos exercícios de 2002 a 2004, devido a pagamentos com créditos glosados pelo Fisco.

Na esfera judicial, a Companhia pleiteia a validação de tais créditos os quais foram utilizados para compensação dos débitos de PIS e COFINS incluídos no REFIS IV, conforme contestação apresentada por seus consultores legais de que o êxito neste pleito é mais que provável.

A Companhia encontra-se em cumprimento sobre as exigências de manutenção no REFIS.

Em 30 de junho de 2023 e 2021 as dívidas relativas ao REFIS consolidando multas e juros reduzidos, perfazem os seguintes montantes:

	30/06/2023	31/12/2022
Passivo circulante	1.878	1.878
Passivo não circulante	483	1.368
	2.361	3.426

A movimentação dos saldos do REFIS é demonstrada a seguir:

	31/12/2022	Atualização monetária	Amortizações	30/06/2023
REFIS	3.246	801	(1.686)	2.361

As parcelas de longo prazo, referentes à obrigação do Refis, apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Saldo
2024	483

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2023, o capital social autorizado é de R$ 109.379 (R$ 109.379 em 31 de dezembro de 2022), representado por 8.116.936 ações unitárias, ordinárias nominativas.

b. Dividendos / destinação do lucro

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado após constituição da reserva legal, conforme estatuto social da Companhia, nos termos do artigo 22, parágrafo 1°. Em junho de 2023 foram distribuídos dividendos no valor de R$ 74.513 conforme AGO de 27 de abril de 2023 referente a dividendo mínimo do exercício de 2022.

Em junho de 2023, através de Assembleia Geral Ordinária, os sócios deliberaram a distribuição de dividendos no montante de R$ 260.000 referente a reserva de lucros.

Os dividendos pagos no semestre findo em junho de 2023 totalizaram R$ 177.877 e compreendem a integralidade do dividendo mínimo obrigatório distribuído no exercício anterior, no montante de R$ 77.877 e R$ 100.000 referente aos dividendos adicionais deliberado pelos sócios no primeiro semestre de 2023, restando assim, um montante de R$ 160.000 a serem pagos.

19 Instrumentos financeiros e riscos de mercado

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	30/06/2023			31/12/2022		
Ativos financeiros	**Valor contábil**	**Valor justo (Nível 1)**	**Valor justo (Nível 2)**	**Valor contábil**	**Valor justo (Nível 1)**	**Valor justo (Nível 2)**
Classificados ao custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	99.627	99.627	-	239.213	239.213	-
Contas a receber de clientes	57.022	-	57.022	71.370	-	71.370
	156.649	99.627	57.022	310.583	239.213	71.370
Passivos financeiros						
Classificados ao custo amortizado						
Fornecedores	(30.093)	-	(30.093)	(33.104)	-	(33.104)
Dividendos	(160.000)	-	(160.000)	(74.513)	-	(74.513)
Empréstimos e financiamentos	(63.085)	-	(56.547)	(236.820)	-	(224.840)
Obrigação com o poder concedente	(2.126.444)	-	(2.126.444)	(2.089.556)	-	(2.089.556)
	(2.379.622)	-	(2.373.084)	(2.433.993)	-	(2.422.013)

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

As operações da Companhia compreendem a prestação de serviços de operador logístico de cargas em geral e gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição e outros.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de mercado (veja (c));

Risco de crédito (veja (d));

Risco regulatório (veja (e)); e

Risco de liquidez (veja (f)).

c. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das aplicações financeiras e dos empréstimos e financiamentos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos cenários de apreciação e depreciação de 25% e 50%, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório FOCUS de 30 de junho de 2023 (último dia útil do mês) foi extraída a projeção do indexador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável, sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

		Saldo	Efeito na receita e despesa financeira (12 meses)	
Fator de risco	**Risco**	**30/06/2023**	**Cenário I (+25%)**	**Cenário II (+50%)**
Ativos				
CDI - Aplicações financeiras	Queda do CDI	97.534	3.353	6.705
Passivo				
CDI - Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	(63.085)	(2.169)	(4.337)
Debêntures 3ª série	Alta do IPCA			
Posição líquida/ impacto líquido		**34.449**	**1.184**	**2.368**
Taxas de CDI utilizada - %		13,75%	17,19%	20,63%
Taxas de IPCA utilizada - %		0%	0%	0%

Risco cambial

A Companhia possui risco cambial apenas pela exposição de conta corrente bancária em moeda estrangeira, o qual não apresenta impacto material.

Risco de preço

A presente estrutura tarifária cobrada pelas operações portuárias não é controlada pelo Poder Concedente de forma que os riscos de queda de preços e valor de mercado são significativamente mitigados. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 são como segue. O valor contábil se aproxima do valor justo:

	Valor contábil	
	30/06/2023	**31/12/2022**
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	99.627	239.213
Contas a receber de clientes (nota 5)	57.022	71.370
	156.649	310.583
Passivos financeiros		
Fornecedores	30.093	33.104
Dividendos	160.000	74.513
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	63.085	236.820
Obrigação com o poder concedente (Nota 13)	2.126.444	2.089.556
	2.379.622	2.433.993

d. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e notas de crédito) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 30 de junho de 2023 e 2022, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos períodos mencionados.

Os valores constantes nas contas de ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizadas na forma contratada até 30 de junho de 2023 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

e. Risco regulatório

Como consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos empresariais o volume de movimentações, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. As operações da Companhia não possuem sazonalidade.

A Companhia desconsidera quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração do porto. A Administração avalia como remota a possibilidade de um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual que prejudique as operações da Companhia.

f. Risco de liquidez

As concentrações indicam a relativa sensibilidade do desempenho da Companhia a desdobramentos que afetam um segmento de atuação em específico.

Com o objetivo de evitar concentrações excessivas de risco, as políticas e procedimentos da Companhia contemplam orientações específicas para enfocar a manutenção de uma carteira diversificada. As concentrações identificadas de riscos de crédito são controladas e administradas de acordo.

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros da Companhia com base em pagamentos não descontados e previstos em contrato:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Totais
Em 30 de junho de 2023					
Obrigação com o poder concedente (nota 14)	63.593	121.171	195.618	1.746.062	2.126.444
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	63.085	-	-	-	63.085
Fornecedores	30.093	-	-	-	30.093
Em 31 de dezembro de 2022					
Obrigação com o poder concedente (nota 14)	60.177	123.408	185.112	1.720.859	2.089.556
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	176.820	60.000	-	-	236.820
Fornecedores	33.104	-	-	-	33.104

g. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar o início e a continuidade de suas atividades a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ou ajustar esta estrutura, a Companhia poderá com base nas projeções ajustar os pagamentos de dividendos aos acionistas, devolver capital a eles ou emitir novas ações.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, debêntures, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

	30/06/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	63.085	236.820
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	(99.627)	(239.213)
Dívida líquida	(36.542)	(2.393)
Patrimônio líquido (nota 19)	559.625	660.660
Patrimônio líquido e dívida líquida	523.083	(658.267)
Quociente de alavancagem	7,0%	0,4%

20 Lucro líquido por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Em 30 de junho de 2023 e 2022 a Companhia não possuía instrumentos diluidores do lucro.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

Período de seis meses	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Lucro líquido do período	138.209	85.905
Média ponderada das ações	8.116.936	8.116.936
Lucro por ação - básico e diluído (R$)	17,03	10,58

Período de três meses	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Lucro líquido do período	70.029	42.934
Média ponderada das ações	8.116.936	8.116.936
Lucro por ação - básico e diluído (R$)	8,63	5,29

21 Receita líquida de vendas

Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para o período findo em 30 de junho de 2023 e 2022:

Período de seis meses	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Operações de cais	292.833	257.527
Armazenagem	146.869	176.572
Receitas de pátio	115.156	116.232
Outros	42.045	46.394
Total da receita bruta	596.903	596.725
Deduções da receita:		
Impostos federais	(26.037)	(30.595)
Impostos municipais	(30.439)	(30.898)
Descontos	(2.879)	(4.044)
Total das deduções	(59.355)	(65.537)
Receita líquida de vendas	537.548	531.188

Período de três meses	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Operações de cais	147.530	132.380
Armazenagem	67.727	96.329
Receitas de pátio	59.898	62.609
Outros	21.896	23.147
Total da receita bruta	297.051	314.465
Deduções da receita:		
Impostos federais	(12.195)	(16.447)
Impostos municipais	(15.728)	(15.314)
Descontos	(1.755)	(2.410)
Total das deduções	(29.678)	(34.171)
Receita líquida de vendas	267.373	280.294

22 Despesas operacionais por natureza

Período de seis meses	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Custos dos serviços prestados	(224.974)	(221.703)
Despesas com vendas	(985)	(23)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(5.682)	439
Despesas administrativas	(33.048)	(26.147)
Total das despesas	(264.689)	(247.434)
Despesas por natureza:		
Custos Operacionais (INFRAMAR, OGMO, Transporte e Agenciamento de carga)	(42.306)	(43.611)
Despesas gerais	(22.601)	(17.229)
Amortizações e depreciações	(67.979)	(64.487)
Despesas com pessoal	(75.648)	(61.454)
Despesas com combustível	(17.072)	(24.341)
Despesas com manutenção	(20.518)	(13.816)
Energia elétrica	(12.883)	(22.935)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(5.682)	439
Total do custo e das despesas	(264.689)	(247.434)

Período de três meses	**30/06/2022**	**30/06/2022**
Custos dos serviços prestados	(118.963)	(116.476)
Despesas com vendas	(224)	53
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(5.918)	1.217
Despesas administrativas	(16.199)	(13.745)
Total das despesas	(141.304)	(128.951)
Despesas por natureza:		
Custos Operacionais (INFRAMAR, OGMO, Transporte e Agenciamento de carga)	(23.645)	(23.190)
Despesas gerais	(11.239)	(10.055)
Amortizações e depreciações	(34.088)	(32.329)
Despesas com pessoal	(40.329)	(31.109)
Despesas com combustível	(7.414)	(15.032)
Despesas com manutenção	(10.864)	(7.515)
Energia elétrica	(7.807)	(10.938)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(5.918)	1.217
Total do custo e das despesas	(141.304)	(128.951)

23 Resultado financeiro

Período de seis meses	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Despesas financeiras		
Encargos sobre o contrato de exploração	(74.339)	(112.232)
Despesas bancárias e descontos concedidos	(136)	(133)
Juros s/empréstimos	(10.139)	(11.072)
Juros s/ debêntures	-	(37.121)
Variação cambial / monetária	-	(117)
Pis/Cofins sobre receita financeira	(607)	(807)
Custo das debêntures e empréstimos	-	(3.156)
Juros leasing	(3)	(37)
Outras	(1.727)	(1.310)
Total	(86.951)	(165.985)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	12.852	17.172
Juros recebidos	93	136
Variação cambial / monetária	280	-
Outras	110	159
Total	13.335	17.467
Resultado financeiro líquido	(73.616)	(148.518)

Período de três meses	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Despesas financeiras		
Encargos sobre o contrato de exploração	(32.743)	(65.591)
Despesas bancárias e descontos concedidos	(16)	(74)
Juros s/empréstimos	(2.817)	(6.691)
Juros s/ debêntures	-	(19.508)
Variação cambial / monetária	-	76
Pis/Cofins sobre receita financeira	(249)	(543)
Custo das debêntures e empréstimos	-	(1.578)
Juros leasing	-	(17)
Outras	(827)	(687)
Total	(36.652)	(94.613)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	5.279	11.562
Juros recebidos	41	59
Variação cambial / monetária	62	-
Outras	43	66
Total	5.425	11.687
Resultado financeiro líquido	(31.227)	(82.926)

24 Outras receitas operacionais, líquidas

Período de seis meses	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Recuperação de despesas (PIS/COFINS)	7.037	7.176
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	4.125	(11.347)
Baixa líquida de depósitos judiciais / provisão para riscos	(423)	(1.068)
Baixa de ativo imobilizado	(797)	(1.458)
Outras	(1.852)	570
	8.090	(6.127)

Período de três meses	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Recuperação de despesas (PIS/COFINS)	3.740	3.884
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.975	(7.006)
Baixa líquida de depósitos judiciais / provisão para riscos	(329)	(636)
Baixa de ativo imobilizado	(459)	(629)
Outras	(1.085)	427
	9.842	(3.960)

25 Seguros

Em conformidade com o Contrato de Direito de Exploração do Terminal Portuário, o TCP contratou Seguro de Operador Portuário para garantir danos, indenizações e custas processuais em relação ao desenvolvimento das atividades pertinentes ao contrato. O seguro possui valor de até US$ 25.000, sendo que as importâncias seguradas e seus limites de indenização máximos foram avaliados por perito terceirizado.

Objeto da apólice

Garantia de indenização, até o valor fixado na Apólice, dos prejuízos decorrentes do inadimplemento do Tomador referente às obrigações assumidas no Contrato de Direito de Exploração nº 020-98 e Primeiro ao Décimo Primeiro Termos Aditivos ao referido Contrato, para a implantação, a administração e exploração do Terminal de Veículos e Contêineres no Porto de Paranaguá, destinado à movimentação e armazenagem de veículos automotivos e contêineres, conforme Cláusula Primeira - Objeto do referido Contrato.

Além disso, a Companhia possui um Seguro Garantia para garantir os pagamentos das parcelas fixas e variáveis no valor de até R$29,5 milhões para garantir eventuais contingências judiciais na esfera tributária a empresa possui seguro com valor de cobertura no montante de R$ 215 milhões, com vigência até 3 de junho de 2024.

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros.

26 Transações que não envolveram caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC03 (R2) item 44 - Demonstrações dos fluxos de caixa (IAS 7).

As transações que não envolveram caixa, e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa são as seguintes:

Aquisição de ativos intangíveis a prazo no montante de R$ 733 (R$ 2.186 em 31 de dezembro de 2022); e

Aquisição de ativos imobilizados a prazo no montante de R$ 2.627 (R$ 2.284 em 31 de dezembro de 2022).

27 Eventos subsequentes

Em 26 de julho de 2023 a Companhia captou junto ao Banco BOCOM BBM S.A. um empréstimo na modalidade NCE no valor de R$ 80.000 os quais incidem juros a taxa de 100% da taxa média diária do CDI, acrescida exponencialmente de spread de 0,80% a.a..

A dívida possui como prazo de pagamento do principal o mês de julho de 2024.

Em 7 de agosto de 2023 conforme Assembleia Geral Ordinária de junho do corrente ano foram pagos dividendos no valor de R$ 160.000 cumprindo-se integralmente a distribuição de dividendos deliberada.

* * *